

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.444.581 - SP (2019/0040303-3)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : ALBINO SEBASTIÃO FERRETTI
AGRAVANTE : ALCIDES EUZEBIO NETO
AGRAVANTE : ALCIDES VITOR ROBERTO
AGRAVANTE : ALFREDO DE SOUZA
AGRAVANTE : ANEZIA ESPECIAL DE CAMPOS
AGRAVANTE : ANIBAL VARANI
AGRAVANTE : ANTÔNIO PEREIRA
AGRAVANTE : APARECIDA SOUTO BERNARDINO
AGRAVANTE : APPARECIDA BIASON MENDES
AGRAVANTE : ARACY DO AMARAL CALHAU
AGRAVANTE : ARLETE LONGATTI COELHO
AGRAVANTE : AURIA PEDRO FERRARI
AGRAVANTE : BENEDICTA FERREIRA DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : BENEDITO RODRIGUES GOMES
AGRAVANTE : BENEDITO TEODORO
AGRAVANTE : CECILIA CRISTAL CAPETTI
AGRAVANTE : CLOVIS CRISTAO
AGRAVANTE : CONCEICAO ANA PEREIRA
AGRAVANTE : CYNIRA GONCALVES DA SILVA
AGRAVANTE : DIRCE FERRACINI MIRANDA
AGRAVANTE : DIRCE NEGREL MARCONDES CABRAL
AGRAVANTE : DIVINA MARIA SANTOS GONZAGA
AGRAVANTE : DJANIRA FERREIRA CASEMIRO
AGRAVANTE : EDESIA DOS SANTOS XAVIER
AGRAVANTE : EDIDETH ZARPELON ORSI
AGRAVANTE : EDSON SILVA
AGRAVANTE : FELES CAMPOS NETO
AGRAVANTE : FRANCISCO TEODORO
AGRAVANTE : GENESIO MACHADO DA SILVA
AGRAVANTE : GENNY THEODORA NOVAES NASCIMENTO
AGRAVANTE : GUARACIABA CAMPOS CORDEIRO
AGRAVANTE : GUIOMAR ROSA MAGALHAES PIMENTA
AGRAVANTE : HELIA DELA LIBERA FINZER
AGRAVANTE : IVANA MARIA DE JESUS PEDRO
AGRAVANTE : IVO MARCON
AGRAVANTE : JARBAS SANTOS
AGRAVANTE : JOAO BATISTA FERNANDES
AGRAVANTE : JOAO BENJAMIN DOS SANTOS
AGRAVANTE : JOAO DA SILVA LOPES
AGRAVANTE : JOÃO FONTANELLA
AGRAVANTE : JOAO FRANCISCO DA SILVA
AGRAVANTE : JOAO PEREIRA
AGRAVANTE : JOAO SABINO DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : JOAQUIM FERREIRA BARBOSA
AGRAVANTE : JOSE ALFREDO TREVISAN

AGRAVANTE : JOSE DE SOUZA GONCALVES
AGRAVANTE : JOSE DUENHA NETO
AGRAVANTE : JOSE FLAVIO FELIX
AGRAVANTE : GILDO BRIAO
ADVOGADOS : NELSON GARCIA TITOS - SP072625
DARCY ROSA CORTESE JULIÃO E OUTRO(S) - SP018842
ANTÔNIO OROPALLO - SP017925
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : SARA DINARDI MACHADO E OUTRO(S) - SP263704

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. DISPOSITIVO LEGAL NÃO PREQUESTIONADO. SÚM. N. 211/STJ. FEPASA. ABONO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚM. N. 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por Albino Sebastião Ferretti e outros em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 457):

SERVIDORES PÚBLICOS - APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA FEPASA - PRETENSÃO AO RECEBIMENTO DE ABONO CONCEDIDO AOS FUNCIONÁRIOS DA FERROBAN - INADMISSIBILIDADE - VINCULAÇÃO AOS ATUAIS SERVIDORES DA CPTM - AÇÃO PROCEDENTE - RECURSO DA FAZENDA DO ESTADO PROVIDO.

Os embargos de declaração apresentados na origem foram acolhidos (após decisão do STJ reconhecendo a ocorrência de omissão) por acórdão que assim declarou (e-STJ fl. 638):

Com efeito, os autores não comprovaram que o instrumento coletivo no qual se previu o abono se aplica às categorias e bases territoriais a que pertencem os autores, não cumpriram, assim, o ônus de provar o fato constitutivo do suposto direito (artigo 333, I, do CPC), razão pela qual o feito merece ser julgado improcedente.

Nas razões do especial, os recorrentes sustentam, além da divergência jurisprudencial, violação do art. 511 da CLT e do art. 5º da LINDB. Declaram que possuem direito à todos os benefícios concedidos aos servidores ativos em exercício. Asseveram, para tanto, que o acordo coletivo de trabalho abrange todos os ferroviários, pois a categoria dos ferroviários do Estado de São Paulo é uma só.

Apresentadas contrarrazões às e-STJ fls. 664/672.

A decisão agravada negou seguimento ao especial sob a compreensão de que o provimento do recurso especial depende de exame de direito local e de que não houve divergência jurisprudência comprovada.

Nas razões do agravo, os recorrentes sustentam que o objeto do recurso especial depende de exame de direito local e que houve clara demonstração de perfeita da divergência jurisprudencial.

Ofertada contraminuta às e-STJ fls. 695/692.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A pretensão não merece acolhida.

A leitura atenta do acórdão combatido, integrado pelo pronunciamento da origem em embargos de declaração, revela que o art. 5º da LINDB e a tese a ele vinculada não foram objeto de debate pela instância ordinária, o que atrai a aplicação da Súm. n. 211/STJ, inviabilizando o conhecimento do especial no ponto por ausência de questionamento.

Quanto à violação do art. 511 da CLT, o Tribunal de origem declarou que não há comprovação de que o acordo coletivo de trabalho que previu o pagamento de abono abrange às categorias e as bases territoriais a que pertencem os recorrentes. Logo, o provimento do especial quanto ao direito de complementação depende do exame probatório dos autos com o fim de aferir a extensão do acordo que previu o abono. Essa tarefa não é possível nos termos da Súm. n. 7/STJ.

Por fim, inviável a apreciação do inconformismo recursal fundado na alínea *c* do permissivo constitucional quando o recorrente não demonstra o suposto dissídio pretoriano por meio: a) da juntada de certidão ou de cópia autenticada do acórdão paradigma, ou, em sua falta, da declaração pelo advogado da autenticidade dessas; b) da citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que o acórdão divergente foi publicado; c) do cotejo analítico, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a divergência, além da demonstração das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não bastando, para tanto, a mera transcrição da ementa e de trechos do voto condutor do acórdão paradigma; e d) a indicação dos dispositivos de lei federal com interpretação divergente entre os Tribunais.

Na hipótese examinada, constata-se que o recorrente não atendeu aos requisitos estabelecidos pelos arts. 541, parágrafo único, do CPC/1973, e 255, § 2º, do RISTJ, em especial o cotejo analítico, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a alegada divergência, além da demonstração das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não bastando, para tanto, a mera transcrição da ementa e de trechos do voto condutor do acórdão paradigma.

Assim, é descabido o presente recurso interposto pela alínea *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

Nesse mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA "C". DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. FALTA COTEJO ANALÍTICO. DECISÃO PELA INADMISSIBILIDADE DO RECURSO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Para a admissibilidade do recurso especial, na hipótese da alínea "c" do permissivo constitucional, é imprescindível a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, mediante o cotejo dos fundamentos da decisão recorrida com o acórdão paradigma, a fim de demonstrar a divergência jurisprudencial existente (arts. 541 do CPC e 255 do RISTJ).

2. O recurso revela-se manifestamente inadmissível e procrastinatório, devendo ser aplicada a multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC.

3. Agravo regimental não provido com aplicação de multa.

(AgRg no AREsp 733.241/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 28/08/2015)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator